

A Teoria da Dependência: conceitos-chave e análise histórica

Dependency Theory: Key Concepts and Historical Analysis

ARK: 44123/multi.v7i13.1632

Gustavo Javier Castro¹

 <https://orcid.org/0000-0002-7639-0514>

 <http://lattes.cnpq.br/1091127369557989>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: gustavo@institutoprocessus.com.br

Alejandro Gabriel Olivieri²

 <https://orcid.org/0000-0003-1068-8614>

 <http://lattes.cnpq.br/1921746316087755>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: aleoli61@gmail.com

Lourivânia de Lacerda Castro³

 <https://orcid.org/0000-0002-1331-563X>

 <http://lattes.cnpq.br/2753561242350807>

Centro Universitário UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: lourivania.lacerda@institutoprocessus.com.br



Resumo:

A Teoria da Dependência. Ideias abrangentes que caracterizam a teoria. Conceito de desenvolvimento na teoria da dependência. Distinção conceitual entre *dependence* e *dependency*. O conceito de “fragmentação interna”. A dependência e as sociedades propriamente dependentes como produto exclusivo do denominado capitalismo industrial.

Palavras-chave: Teoria da Dependência; Desenvolvimento e Subdesenvolvimento; Dependência Estrutural; Fragmentação Interna; Capitalismo Industrial; Economia Política.

Abstract:

Dependency Theory. Broad ideas that characterize the theory. The concept of development in Dependency Theory. The conceptual distinction between dependence and dependency. The concept of “internal fragmentation.” Dependency and genuinely dependent societies as the exclusive product of so-called industrial capitalism.

Keywords: *Dependency Theory; Development and Underdevelopment; Structural Dependency; Internal Fragmentation; Industrial Capitalism; Political Economy.*

¹ Possui graduação em Filosofia - Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso (1987), mestrado em Ciência Política pela Pontifícia Universidad Católica de Chile (1991), mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1993) e doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2008).

² Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília? UnB (2009), Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina? UFSC (1995), Bacharel em Filosofia pela Universidade de Buenos Aires? UBA (1985).

³ Mestre em Direito- LL.M.EUR European Legal Practice/ Joint Degree pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (2009), especialista em Direito Público pelas Faculdades Integradas do Planalto Central (2011) e Direito Previdenciário pelo Instituto Nacional de Ensino Superior e Pesquisa (2016). Advogada e professora das disciplinas Direito Administrativo e Introdução ao Estudo do Direito.

1.Introdução

O objetivo deste curto artigo é, inicialmente, esclarecer que existem diferentes vertentes dentro da denominada “teoria da dependência”. A nossa intenção não é nos determos no exame exaustivo de cada um destes enfoques, mas determinarmos de modo geral e abrangente algumas ideias e pressupostos básicos que compartilham essas diferentes perspectivas, com o objetivo de apresentar uma visão global sobre o assunto.

Uma ideia-chave nessas teorias diz respeito a que a burguesia nacional não tem condições de oferecer uma alternativa autônoma de desenvolvimento, dado que o caráter integral da dependência faz com que ela mesma seja dependente.

Para esclarecer e sintetizar os elementos básicos da teoria da dependência faremos uma distinção conceitual entre *dependence* e *dependency*, ao ser um fato capital dentro da dependência a ligação *estrutural* existente entre os fatores domésticos e os fatores externos. O conceito de “fragmentação interna” implica que os setores pobres e marginais estão funcionalmente ligados aos segmentos mais desenvolvidos e modernizados da sociedade.

Mostraremos que o objeto de análise da Teoria da Dependência é o *desenvolvimento*, mas não só como o incremento no produto total da economia, elemento que também é considerado, senão também, e, fundamentalmente, os elementos *culturais, históricos, políticos e sociológicos*. Quer dizer, estuda-se o desenvolvimento fundamentalmente no seu aspecto *qualitativo*.

Um elemento essencial dentro de uma definição de dependência é o fato de as economias nacionais dos países periféricos estarem atrofiadas, e, para funcionar como tais, estas economias necessitam do circuito capitalista internacional. Em outros termos, para os dependentistas somente o denominado capitalismo industrial tem produzido sociedades propriamente dependentes.

2. A Teoria da Dependência.

Como afirmamos na Introdução, é necessário, antes de começar esta análise, esclarecer que existem diferentes vertentes dentro da denominada “teoria da dependência”. A nossa intenção não é nos determos no exame de cada um destes enfoques, mas determinarmos de modo geral algumas ideias e pressupostos básicos destas diferentes perspectivas, com o objetivo de apresentar uma visão global sobre o assunto⁴.

Para autores como Frank (1974) e dos Santos (1970), um fato capital dentro da dependência é a ligação estrutural existente entre os fatores domésticos e os fatores externos. A *condição de dependência* não pode ser considerada só na base de fatores externos. Frank afirma que a dependência não pode ser considerada como uma relação meramente ‘externa’ imposta de fora a todos os países latino-americanos e contra a sua vontade, mas que a dependência é igualmente uma condição ‘interna’ e integral da sociedade latino-americana, que determina a burguesia dominante na América Latina, e, por sua vez, é consciente e gostosamente aceita por ela.

Esta tese é muito importante, pois, partindo dela, conclui-se que a burguesia nacional não tem condições de oferecer uma alternativa autônoma de desenvolvimento, dado que o caráter integral da dependência faz com que ela mesma seja dependente.

Sobre o ponto anterior, Luciano Tomassini afirma que:

⁴Para uma visão mais completa de a Teoria da Dependência ver: Gustavo Castro, *Herbert Marcuse e a Teoria da Dependência*, Santiago: Pontificia Universidade Católica de Chile, 1991. Tese de Mestrado.

"Uma contribuição especial desta escola radica na sua apreciação de que os mecanismos através dos quais se produz a relação de dependência incluem a existência de interesses comuns, alianças políticas e estratégias convergentes entre os segmentos capitalistas (majoritários) dos países industrializados e os mesmos setores (minoritários) dos países em desenvolvimento." (1989, 101-102).

Este é um ponto que distingue os teóricos marxistas da dependência de outras correntes. Tomassini distingue três grandes correntes da Teoria da Dependência:

"A primeira, originada nos trabalhos elaborados por Raúl Prebisch no princípio dos anos cinquenta, centrada nas assimetrias inerentes às relações centro-periferia... A segunda implica um aprofundamento da análise original de Prebisch, e nela se analisam conjuntamente os aspectos econômicos, políticos e sociais do fenômeno da dependência, como também seus elementos externos e internos, ultrapassando desta maneira a ênfase inicial em seus aspectos econômicos e nas suas origens internacionais... A terceira, mostra uma maior proximidade com a análise marxista, com o qual há coincidências ocasionais nas correntes anteriores, devido a sua comum base epistemológica, que consiste em considerar o sistema internacional -ou mais especificamente o sistema capitalista mundial- como uma estrutura global que determina o comportamento, os benefícios e os custos de suas diferentes partes integrantes." (1989: 104-105).

Existe, então, nos teóricos da dependência uma aceitação da importância que tem a ideia de que as sociedades dos países dependentes são sociedades estruturadas em classes, e na qual, portanto, se encontram os conflitos inerentes à luta de classes. Para esclarecer e sintetizar os elementos básicos da teoria da dependência convém referirmo-nos a dois conceitos que Caporaso e Zare (1981) têm denominado como *dependence* e *dependency*.

Entende-se o primeiro conceito -*dependence*- como uma relação externa. Isto é, a partir do suposto que entre os Estados-nações existem assimetrias e simetrias, tenta demonstrá-las e analisá-las. Este conceito, para estudar as relações internacionais, entende que as dependências setoriais entre os Estados-nações não podem ser somadas umas às outras, constituindo assim uma situação total e integral de dependência de um Estado-nação com relação a outro. Por fim, esse tipo de dependência fica só no plano de uma dependência externa, enquanto o objeto de sua explicação constitui-se na influência internacional.

Diferentemente, o segundo conceito -*dependency*- refere-se ao processo pelo qual os países menos desenvolvidos são incorporados ao sistema capitalista global. Em outras palavras, a Teoria da Dependência, tal qual é entendida por autores como Frank, dos Santos ou Cardoso, tenta esclarecer o processo de integração da periferia ao sistema capitalista internacional, colocando especial atenção nos problemas para o desenvolvimento que este processo implica.

Desta maneira, a Teoria da Dependência, contrariamente à dependência entendida só como uma relação externa, destaca o fato de que os atores que participam do processo de dependência não são só os Estados-nações, mas também "a estrutura de classes que se apresenta em um Estado-nação, as alianças entre as classes locais e o capital internacional, bancos, indústrias e firmas." (CAPUTO e ZARE: 1981, 44).

A Teoria da dependência, então, vai além do aspecto econômico e introduz outros que não parecem estar identificados com o funcionamento da economia. Theotônio dos Santos, criticando as análises que ficam só no aspecto econômico, diz:

"Aqui existe um importante fator de percepção social: pode-se entender como uma 'crise' uma corrida à bolsa, mas não consideram justo conceber como uma crise a existência de 6 a 8 milhões de desempregados, como acontece hoje nas 'pequenas' variações recessivas do sistema. Há que apontar estas armadilhas linguísticas para explicar por que não aceitamos tais 'precisões' terminológicas. Por esta razão, não queremos separar os aspectos econômicos dos sociais e políticos. Neste trabalho, busca-se, exatamente, ligá-los entre si com o objetivo de ressaltar suas interrelações e interdependências recíprocas, sem negar, embora, a autonomia relativa dos aspectos econômicos." (1971, 25).

Um elemento essencial dentro de uma definição de dependência é o fato de as economias nacionais dos países periféricos estarem atrofiadas, e, para funcionar como tais, estas economias necessitam do circuito capitalista internacional. Paralelamente, e de forma dialética, a este elemento se devem acrescentar os importantes aspectos internos da dependência, que servirão para chegar à sua correta definição.

Os aspectos internos da dependência referem-se à fragmentação interna que apresentam as sociedades dependentes. Sem este fator não estamos diante de uma situação estrutural de dependência, dado que só o fato da dependência externa, desacompanhada de fragmentação interna, está mais perto do que se tem definido como *dependence*.

Por outro lado, a Teoria da Dependência não tem presente só os fatores internos e os externos.

"O conceito de dependência, segundo uma grande percentagem de estudiosos da 'nova dependência', deve ser visualizado a partir de uma perspectiva histórico-estrutural que ultrapasse a distinção analítica entre fatores internos e externos que tende a ocultar a unidade estrutural existente entre ambos. O conceito de dependência supera a dicotomia 'externo-interno', 'mundo desenvolvido-mundo subdesenvolvido', incorporando-os em uma só estrutura, o sistema capitalista internacional." (MUÑOZ, 1978, 89).

O elemento anterior é importante, pois permite distinguir a dependência da relação de interdependência ou de submissão relativa que tem existido ou possa existir entre povos e nações. Cabe lembrar que a interdependência é definida por Keohane e Nye como "situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países." (1977, 8). Desta forma, para os dependentistas somente o denominado capitalismo industrial tem produzido sociedades propriamente dependentes.

O desenvolvimento e o subdesenvolvimento não são entendidos pela Teoria da Dependência como estados que estejam separados um do outro, sem relação alguma. Contrariamente, sua ligação é muito estreita desde que fazem parte de um único processo que os abarca: a expansão internacional do capital. Celso Furtado afirma que se deve entender:

"O problema do subdesenvolvimento como uma realidade histórica, consequência da difusão da técnica moderna no processo de constituição de uma economia em escala mundial. O subdesenvolvimento deve ser compreendido como um fenômeno da história moderna, paralelo ao desenvolvimento, como um dos aspectos da difusão da revolução industrial. Desta forma, seu estudo não pode ser realizado isoladamente, como uma 'fase' do processo de desenvolvimento, etapa que deve ser necessariamente superada, sempre que atuassem conjuntamente certos fatores. Pelo próprio fato de ser paralelo às economias desenvolvidas, ou seja, das economias que provocaram e dirigiram o processo de formação de um sistema econômico da base mundial, os atuais países subdesenvolvidos não podem repetir a experiência dessas economias" (1966, 11-12).

Com referência ao mesmo ponto, Fernando Henrique Cardoso afirma que:

"o conceito de 'subdesenvolvimento' não corresponde ao de 'sociedades tradicionais' ou ao de 'sociedades arcaicas', nem mesmo ao de sociedades (ou economias) agrárias. A noção de sociedade subdesenvolvida só se torna significativa quando há uma referência implícita a uma relação determinada entre um tipo particular de sociedade com outra 'desenvolvida' (1968, 332).

A evolução do capitalismo industrial só foi possível na metrópole na medida em que contou com os baixos custos das matérias-primas e da mão de obra dos satélites, produzindo com isto o desenvolvimento do centro e o subdesenvolvimento da periferia. Em síntese, a dependência refere-se a uma *condição estrutural* na qual um sistema fracamente integrado não consegue completar seu ciclo econômico, dentro do sistema capitalista internacional, exceto por uma exclusiva ou limitada confiança num complemento externo.

Outro conceito que se encontra presente na maioria dos autores da dependência é o de "fragmentação interna". Este afirma que não é coerente a estruturação econômica interna da sociedade dependente. "A suposição é que a economia dependente está internamente desarticulada, suas partes só estão fracamente conectadas e as ligações setoriais estão pobremente estabelecidas." (CAPORASO: 1981,50).

Este conceito de *fragmentação interna* não deve ser confundido com o conceito de "sociedade dual", que se encontra em autores não dependentistas. Este último, faz referência à existência, dentro de uma mesma economia nacional, de um setor agrícola que pode ser qualificado de feudal, paralelamente à existência de centros urbanos com características de uma economia capitalista. Diferentemente, o conceito de fragmentação interna implica que os setores pobres e marginais estão funcionalmente ligados aos segmentos mais desenvolvidos e modernizados da sociedade. Com isto não se quer dizer que são setores pobres e marginais da sociedade por estarem excluídos do processo econômico, mas, são assim *justamente* por estarem nele incluídos.

Ademais, o conceito de fragmentação interna afirma que a dualidade ou fragmentação não se dá majoritariamente entre ricos e pobres ou entre setores modernizados e abandonados, mas *entre os próprios setores modernizados*. A economia de uma sociedade dependente não é um todo harmônico, mas uma rede de interesses contrapostos, que influi negativamente na independência e fortalecimento econômico do país. Furtado diz que "É a heterogeneidade tecnológica entre setores ou departamentos de uma mesma economia o que caracteriza o subdesenvolvimento." (1966,178). Dessa maneira, por exemplo, Enzo Faletto afirma, a respeito da América Latina, que: "O problema do subdesenvolvimento econômico não é só um problema de crescimento econômico, mas, fundamentalmente, um problema de integração de uma economia nacional." (1981,13).

Quando se quer sintetizar as ideias centrais que formam o núcleo da Teoria da Dependência, surgem alguns pontos que se encontram presentes, de alguma maneira, nos principais autores desta teoria.

3. Conclusão

O mais importante destes pontos afirma que o subdesenvolvimento contemporâneo dos países pobres é o resultado histórico da expansão capitalista "e do estabelecimento de uma divisão internacional do trabalho que modelou as economias periféricas de acordo com as necessidades do capitalismo mundial." (MUÑOZ: 1978, 97). Isto quer dizer que estes países passaram a subdesenvolvidos depois do surgimento do

capitalismo, quer dizer, não se deve entender o subdesenvolvimento como uma etapa prévia do capitalismo.

Nas palavras de Celso Furtado:

"Por tanto, o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo e não uma etapa pela qual deviam ter passado, necessariamente, as economias que já alcançaram um grau superior de desenvolvimento. Para captar a essência do problema das atuais economias subdesenvolvidas é necessário considerar esta peculiaridade."(1966, 165).

Em segundo lugar, outra das ideias básicas, que encontramos nos teóricos da dependência, mostra que o *esquema mundial centro-periferia* tende à sua reprodução no sistema nacional; de maneira que surgem "fluxos de maior valor a partir do campo para as zonas urbanas" (MUÑOZ: 1978, 98), do mesmo modo como surgem da periferia para os centros.

Uma terceira suposição é a não existência de uma burguesia nacional progressista. Com efeito, o setor industrial nacional está estreitamente ligado a seus homônimos dos países capitalistas adiantados e seu interesse é "preservar as estruturas do capitalismo transnacional que os beneficia." (MUÑOZ: 1978, 98). Desta maneira, passam a se compreendidos os diferentes tipos de ajuda, econômica e militar, a penetração tecnológica, a transferência de tecnologia e os investimentos diretos de capital realizados pelas transnacionais, recursos estes utilizados pelas economias centrais para manter e fortalecer as relações de dependência.

Por exemplo, dizem Caputo e Pizarro:

"A ação do capital estrangeiro gera nas economias para onde se dirige, particularmente subdesenvolvidas, um conjunto de distorções, dentre elas, o desenvolvimento de atividades inadequadas ao atual desenvolvimento em que se encontram as forças produtivas, a monopolização e a estrangeirização crescentes das decisões etc. Assim, estrutura-se uma economia dependente, limitada e condicionada em seu subdesenvolvimento aos centros do sistema" (1970,324).

Por último, os teóricos da dependência coincidem em que a solução para o problema do subdesenvolvimento passa pela eliminação das estruturas capitalistas dos países dependentes e pela criação de uma ordem socialista. Como diz Gunder Frank, existe uma "única e verdadeira estratégia para o desenvolvimento: a revolução armada e a construção do socialismo." (1974, 170).

A partir de outra corrente da Teoria da Dependência, num tom mais moderado, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto afirmam:

"criticamos também àqueles que esperam um desenvolvimento capitalista das economias periféricas, para solucionar problemas tais como a distribuição de propriedades, o emprego, melhor redistribuição da renda e melhores condições de vida para a população. Ainda nas economias desenvolvidas esses problemas continuam sem solução, como o provam os porto-riquenhos, os negros e os brancos pobres na América do Norte." (1985, 29).

Os mesmos autores acrescentam que:

"Não é realista imaginar que o desenvolvimento capitalista resolvera problemas básicos para a maioria da população. Em definitivo, o que tem que ser discutido como alternativa não é uma consolidação do Estado e uma realização plena do 'capitalismo autônomo', mas sim a sua superação. A questão relevante, então, é como construir caminhos para o socialismo." (CARDOSO e FALETTTO: 1985,30).

4. Referências

- CAPORASO, James e ZARE, Behrouz. "An Interpretation and Evaluation of Dependence Theory", em Heraldo Muñoz (ed.), **From Dependency to Development: Strategies to Overcome Underdevelopment and Inequality**, Boulder, Colorado: Westview Press, 1981.
- CAPUTO e PIZARRO. **Imperialismo, Dependencia y Relaciones Económicas Internacionales**, Santiago: CESO, U. de Chile, 1970.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Cuestiones de Sociología del Desarrollo de América Latina**, Santiago: Editorial Universitária, 1968.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTTO, Enzo. "Repensando Dependência e Desenvolvimento na América Latina". **Economia e Movimentos Sociais na América Latina**, Bernardo Sorj, Fernando H. Cardoso e Mauricio Font (eds.), São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- CASTRO, Gustavo. **Herbert Marcuse e a Teoria da Dependência**. Santiago: Pontificia Universidade Católica de Chile, 1991. Tese de Mestrado.
- FALETTTO, Enzo. **Burocracia y Estado em América Latina**. Material de Discusión, Programa Flasco, Santiago, Nº14, abril 1981.
- FRANK, André Gunder. "Dependence is Dead, Long Live Dependence and the Class Struggle". **Latin America Perspectives**, VI, Nº1, Spring 1974, pp. 87-106.
- FURTADO, Celso. **Subdesarrollo y Estancamiento em America Latina**, Buenos Aires: EUDEBA, 1966.
- KEOHANE, Robert e NYE, Joseph. **Power and Interdependence. World Politic in Transition**, Boston: Little, Brown and Company, 1977.
- MUÑOZ, Heraldo. "Cambio y Continuidad em el debate sobre la Dependencia y el Imperialismo". **Estudios Internacionales**, V.XI, Nº44, octubre-diciembre 1978, pp. 88-138.
- SANTOS, Theotônio dos. **La Crisis Norteamericana y América Latina**, Santiago: Editorial Prensa Latino-americana, 1971.
- SANTOS, Theotônio dos. **El Nuevo Carácter de la Dependencia**. Santiago: Centro de Estudios Socioeconómicos, U. de Chile, Cuaderno 10, 1968.
- SANTOS, Theotônio dos. **Dependencia y Cambio Social**. Santiago: Cuadernos de Estudios Socioeconómicos, U. de Chile, Nº11, 1970.
- TOMASSINI, Luciano. **Teoría y Práctica de la política Internacional**, Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 1989, pp. 101-102.